



Geopolítica da cooperação Brasil-Cabo Verde no Atlântico Sul: o papel do treinamento militar na segurança marítima¹

The Geopolitics of Brazil–Cape Verde Cooperation in the South Atlantic: The Role of Military Training in Maritime Security

Nilton Lopes da Silva Gomes

Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI-UFRGS). Mestre em Segurança Internacional e Defesa do Programa de Pós-graduação da Escola Superior de Guerra (PPGSID-ESG).

Izan Reis de Araujo

Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), com ênfase em Geografia Política. Mestrando em Relações Internacionais no Committee on International Relations (CIR) da University of Chicago. Research Assistant no Chicago Project on Security and Threats (CPOST), da University of Chicago. Pesquisador no Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA), da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: izan@uchicago.edu

30

¹ Recebido para Publicação 18/08/2026. Aprovado para Publicação em 01/09/2026.

DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.22754340>





Resumo

O objetivo deste artigo é analisar, sob a perspectiva geopolítica, como o treinamento militar promovido pelo Brasil e por Cabo Verde opera como instrumento de diplomacia de defesa, com impactos na segurança marítima do Atlântico Sul. Por meio de uma abordagem metodológica exploratório-descritiva, fundamentada nos Estudos de Segurança Internacional e na análise documental, argumenta-se que o envio de instrutores brasileiros *in loco* configura uma forma de diplomacia preventiva de baixo custo e alto retorno estratégico. Os resultados demonstram que essa cooperação fortalece as capacidades locais de vigilância e de resposta a ilícitos transnacionais. Ao mesmo tempo, projeta a influência brasileira sem a necessidade de presença militar permanente, contribuindo para a estabilidade regional e para iniciativas cooperativas no Atlântico Sul. O artigo contribui para os debates sobre a geopolítica do Atlântico Sul e a segurança marítima, destacando o treinamento militar como instrumento de parceria estratégica e de cooperação Sul-Sul.

Palavras-chave: Atlântico Sul, Brasil, Cabo Verde, Geopolítica, Segurança Marítima.

31

Abstract

The objective of this article is to analyze, from a geopolitical perspective, how military training promoted by Brazil and Cabo Verde operates as an instrument of defense diplomacy, with impacts on maritime security in the South Atlantic. Through an exploratory-descriptive methodological approach, grounded in International Security Studies and documentary analysis, it is argued that the deployment of Brazilian instructors *in loco* constitutes a form of preventive diplomacy characterized by low cost and high strategic return. The findings demonstrate that this cooperation strengthens local capacities for surveillance and response to transnational illicit activities. At the same time, it projects Brazilian influence without the need for a permanent military presence, contributing to regional stability and to cooperative initiatives in the South Atlantic. The article contributes to debates on the geopolitics of the South Atlantic and maritime security by highlighting military training as an instrument of strategic partnership and South-South cooperation.

Keywords: South Atlantic, Brazil, Cape Verde, Geopolitics, Maritime Security.



Introdução

O Oceano Atlântico desempenha um papel fundamental na conexão entre a África, a América e a Europa, tanto do ponto de vista estratégico quanto histórico. Esse papel é especialmente notável nas práticas comerciais conhecidas como o comércio triangular. Além disso, o Atlântico é uma rota extremamente movimentada, com um grande fluxo de navios, pessoas e mercadorias. Ele também abriga infraestruturas cruciais, como os cabos de fibra óptica submarinos, e é rico em recursos naturais valiosos, incluindo petróleo e gás (SANTOS, 2005; PONTES, 2017). O Atlântico Sul, em particular, evoluiu de uma simples rota marítima para uma área de influência e disputa entre nações, com a África e a América do Sul buscando meios de cooperação em esferas políticas e militares. Do ponto de vista geopolítico, o Oceano Atlântico é tradicionalmente dividido em Atlântico Norte e Atlântico Sul pela linha do Equador, como observado por Pereira (2013). A região sul do planeta enfrenta desafios significativos, incluindo tempestades tropicais, furacões e ameaças criminosas transnacionais. Paralelamente, o controle do mar é vital para os países com acesso a ele, pois está diretamente relacionado ao controle do território terrestre, do espaço aéreo, e, mais recentemente, dos domínios espacial e cibernético (TORRES, 2016; FABREGAT, 2014; PONTES, 2017). A importância do Oceano Atlântico não se limita apenas à sua vastidão ou à sua riqueza em recursos, mas também ao seu papel central na dinâmica global de poder e cooperação.

32

A existência de muitos recursos naturais e rotas comerciais importantes torna o espaço marítimo muito atraente para os países que desejam explorá-lo e mantê-lo sob seu controle. Embora a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) estabeleça regras para o uso dos mares, ainda há muitos desafios relacionados à governança e à segurança marítima (PEREIRA, 2018; SILVA, MARCONDES, 2020). Como observa Pereira (2018, p. 103), “no mar não existem fronteiras que impeçam que os efeitos de um incidente evoluam e se propaguem a despeito do seu local de origem”. As ameaças no espaço marítimo manifestam-se tanto por meio de desastres naturais quanto por disputas de poder entre Estados e pela atuação de organizações criminosas envolvidas em tráfico de drogas, pessoas, pesca ilegal e pirataria.

Nos últimos anos, a segurança marítima se tornou um tema muito importante nos debates internacionais, especialmente por causa do aumento das ameaças durante a pandemia da Covid-19. Nesse contexto, o Conselho de Segurança das Nações Unidas recomendou que os países cooperassem para enfrentar esses desafios (ONU, 2021). Não obstante, ainda que parte da literatura não classifique as políticas estadunidenses do segundo governo Trump como ameaças diretas ao Atlântico Sul (dado o foco na contenção do avanço chinês em suas próprias zonas de influência), observa-se a proatividade de diversos atores estatais em parcerias bilaterais e multilaterais para garantir a paz e a segurança regional.

Considerando o cenário atual, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (doravante, ZOPACAS²), é um marco importante para a cooperação regional. Criada a partir de uma iniciativa do Brasil na Assembleia

² A ZOPACAS foi criada em 1986 pela Resolução 41/11 da ONU, com objetivo de promover a cooperação para o desenvolvimento econômico e social e a paz e a segurança e evitar a introdução e o desenvolvimento de armamentos nucleares e outros artefatos de destruição em massa na região. 24 países compõem a organização, assim sendo: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (NOVELLI; PEREIRA, 2019).



Geral das Nações Unidas, a ZOPACAS tem como objetivo promover a cooperação política, a paz, a proteção do meio ambiente e a segurança regional, com foco na autonomia dos países que fazem fronteira com o oceano Atlântico Sul, especialmente em relação à presença de potências de outras regiões. Apesar da sua trajetória evidenciar oscilações institucionais, a ideia de construir uma identidade comum para a região do Atlântico Sul ainda é uma meta importante, ligada à cooperação em questões de segurança marítima entre os países das duas margens do oceano. É nesse ambiente que os exercícios militares e as ações de cooperação em defesa adquirem relevância analítica. Na prática, essas atividades incluem treinamento conjunto, padronização de procedimentos, troca de pessoal, capacitação técnica e doação de equipamentos. Do ponto de vista político, essas ações são ferramentas que os países usam para mostrar sua presença, consolidar a confiança mútua e fortalecer parcerias em áreas consideradas cruciais para a soberania e a segurança nacional.

Por outro lado, é possível ver que Cabo Verde tem uma posição central devido à sua localização geográfica no Atlântico Oriental. Isso o coloca em uma zona estratégica para monitorar os fluxos marítimos e responder a atividades ilícitas que afetam a costa ocidental africana e as conexões oceânicas entre África, Europa e América do Sul. Nesse contexto, o treinamento oferecido pelo Brasil não deve ser visto apenas como assistência técnica ou cooperação operacional ocasional. Em vez disso, pode ser entendido como parte de uma estratégia mais ampla de diplomacia de defesa. O objetivo é construir laços duradouros, difundir doutrinas e consolidar a legitimidade regional brasileira em termos de segurança marítima. A nossa pergunta de pesquisa surge desse contexto: em que medida o treinamento militar conduzido pelo Brasil e por Cabo Verde pode ser visto como um instrumento de diplomacia de defesa capaz de gerar efeitos concretos na segurança marítima do Atlântico Sul? Essa questão nos permite analisar os efeitos operacionais do treinamento, seus desdobramentos institucionais e seu significado geopolítico-estratégico para a atuação brasileira na região. Portanto, partimos da hipótese de que o envio de instrutores militares brasileiros para atuar em Cabo Verde é um mecanismo de diplomacia preventiva de baixo custo logístico e alto retorno estratégico. Isso fortalece as capacidades locais, amplia a confiança mútua e contribui para a estabilidade regional.

Com esse objetivo posto, estruturamos o artigo em mais quatro seções. A primeira apresenta uma descrição geo-história das relações Brasil-África. A segunda discute os fundamentos teórico-conceituais da segurança marítima à luz dos estudos de Segurança Internacional. A terceira analisa a diplomacia militar e o treinamento como instrumentos de política externa e de defesa em tempos de paz. A quarta seção analisa a experiência prática da cooperação Brasil-Cabo Verde na área de defesa, mostrando como o treinamento militar se insere na lógica estratégica do Atlântico Sul. Por fim, as considerações finais desse estudo. Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa, exploratório-descritiva e analítica, combinando pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa analisa documentos oficiais sobre a cooperação Brasil-Cabo Verde em defesa e formação militar, incluindo *Cooperação Brasil-Cabo Verde* (2019), o Decreto nº 10.516/2020, comunicados do Ministério da Defesa, informações do Ministério das Relações Exteriores e documento do Governo de Cabo Verde. A seleção priorizou fontes oficiais diretamente relacionadas à cooperação bilateral em defesa. Esses documentos permitiram identificar objetivos, instrumentos e ações

Vale salientar que a ZOPACAS teve importante destaque neste estudo pelo fato de ser uma organização que preza pela cooperação militar no sentido de manter a paz no Atlântico Sul e relações amistosas entre os países membros.





de cooperação militar. A pesquisa bibliográfica apoia-se em estudos de Geopolítica e Segurança Internacional, com destaque para a teoria do poder marítimo de Mahan (1890) e para as contribuições de Buzan (2004) e Buzan e Hansen (2012).

A geo-história das relações Brasil-África no contexto do sistema-mundo

As relações entre Brasil e África possuem raízes históricas profundas, estabelecidas desde o período colonial português, quando o Atlântico Sul funcionava como eixo central de circulação econômica, política e geoestratégica. Durante os séculos XVI a XVIII, o império português articulava suas possessões na América e na África por meio do comércio marítimo, estruturando o que ficou conhecido como comércio triangular. Segundo Wallerstein (1974, p. 87),

a economia-mundo está baseada no pressuposto de que existe uma divisão internacional do trabalho em três zonas (periferia, semiperiferia e centro) e que elas “possuíam efetivamente diferentes formas de controle sobre o trabalho. Se não fosse deste modo, não seria possível assegurar o tipo de fluxos de excedentes que permitiu que o sistema capitalista existisse.”).

Nesse contexto, o Atlântico Sul não era uma periferia, mas um espaço central de conexão entre continentes (RODRIGUES, 1964). 34

O Brasil produzia açúcar, algodão e tabaco, e a África fornecia mão de obra escravizada através de lugares como São Tomé, Angola e Moçambique. Tudo isso era controlado por Portugal e fazia parte de uma mesma lógica geopolítica e econômica. Isso mostra que, desde essa época, o oceano Atlântico era uma área de interdependência estratégica entre o Brasil e a África (LENIN, 2012).



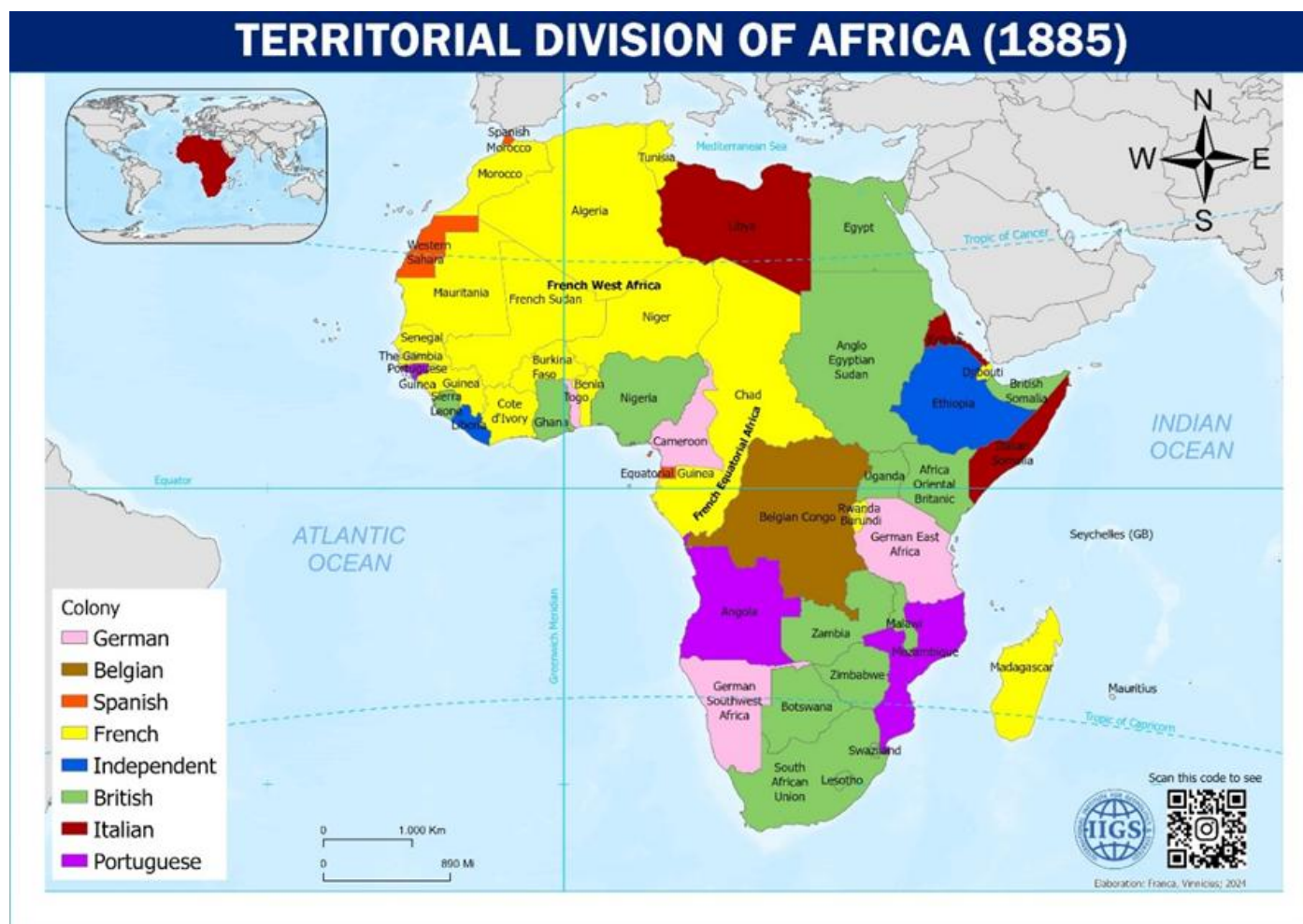
Figura 1 – O Atlântico Sul como eixo de conexão geopolítica entre Brasil e África no período colonial



Fonte: Elaboração dos autores.

Com a independência do Brasil e, depois, com a proclamação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibiu o tráfico de escravizados, as relações diretas entre o Brasil e a África arrefeciam. Durante o século XIX, a política externa do Brasil se concentrou principalmente nos países vizinhos da América do Sul. Enquanto isso, na África, as potências europeias estavam dividindo o continente entre si, um processo que foi formalizado na Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885. Nesse contexto, a partilha colonial da África esteve vinculada à disputa entre as grandes potências por territórios, mercados e fontes de matérias-primas (LENIN, 2012).. A Figura 2 ilustra a partilha colonial do continente africano no contexto da Conferência de Berlim (1884–1885) e da expansão das potências europeias sobre a África.

Figura 2 – Partilha colonial da África no contexto da Conferência de Berlim (1884–1885)



Fonte: Elaboração dos autores.

No século XX, especialmente no contexto da descolonização africana, o Brasil passou a atribuir maior importância política e estratégica às relações com países africanos e ao Atlântico Sul (RODRIGUES, 1964; PONTES, 2017). Além de sua função como rota comercial, o Atlântico Sul adquiriu crescente relevância geopolítica e de segurança, sobretudo diante dos desafios relacionados à governança marítima e à proteção dos espaços oceânicos (PEREIRA, 2018; SILVA; MARCONDES, 2020). Nesse contexto, a cooperação entre Brasil e Cabo Verde em defesa e formação militar insere-se em uma estratégia de parceria bilateral voltada ao fortalecimento de capacidades e à segurança marítima (BRASIL, 2019; CABO VERDE, 2016).

A evolução do conceito de segurança marítima

A segurança é um conceito complexo e amplo, influenciado por fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que mudam ao longo do tempo. No campo das Relações Internacionais, o debate tradicionalmente associou a segurança à proteção da soberania e do território de um país. No entanto, com as mudanças nas dinâmicas globais e a emergência de novos tipos de ameaças, o campo de Estudo da Segurança Internacional (ESI) se tornou mais amplo e sofisticado. Por exemplo, após os ataques de 11 de setembro de 2001³, novas perspectivas foram incorporadas ao debate sobre segurança. Isso inclui ameaças de origem terrorista, a atuação de atores não estatais, como empresas privadas de segurança, organizações criminosas transnacionais e organizações não governamentais. Como destacam Buzan e Hansen (2012), essas novas perspectivas contribuíram para mudar o foco da segurança, que antes se concentrava apenas no Estado. Agora, a segurança também considera a proteção de grupos sociais e a segurança humana, tornando o conceito de segurança mais abrangente e completo.

Segundo Hoogensen Gjørsv (2012), a segurança pode ser analisada a partir de três abordagens: segurança negativa, segurança positiva e segurança multiator., traz uma contribuição valiosa para o debate sobre segurança ao propor três abordagens diferentes: segurança negativa, segurança positiva e segurança multi-ator. A segurança negativa se concentra no uso do poder militar para lidar com ameaças imediatas, seguindo a linha de pensamento realista. Já a segurança positiva destaca a importância de métodos não violentos, construção de confiança e participação de vários atores na criação de segurança. Por outro lado, a segurança multi-ator combina essas duas perspectivas, reconhecendo a interação entre atores estatais e não estatais em diferentes contextos, seja local, nacional ou internacional.

A segurança marítima se encaixa especialmente nessa última abordagem, pois envolve a cooperação entre países, organizações internacionais, forças armadas, guardas costeiras, instituições civis e comunidades locais. Portanto, é um campo que requer a coordenação de muitos atores para lidar com ameaças que não respeitam fronteiras formais.

Quando falamos de cooperação e dissuasão, a importância geoestratégica do espaço marítimo se torna evidente, especialmente quando consideramos a teoria do *sea power* (poder marítimo) de Alfred Mahan, apresentada em *The Influence of Sea Power Upon History* (MAHAN, 1890). Segundo Mahan (1890), o *sea power* está diretamente relacionado ao desenvolvimento político e econômico das nações, envolvendo fatores geográficos, econômicos e psicossociais. Essa abordagem continua relevante hoje, mostrando que o controle e a segurança dos mares são fundamentais para a projeção de poder no sistema internacional.

³ 11 de setembro de 2001 ficou registrado na história de relações internacionais, após Estados Unidos ter sofrido série de ataques proveniente da organização ou grupo islâmicos conhecida por Al-Qaeda. Esses ataques resultaram na destruição das Torres Gêmeas na cidade de Nova Iorque e consequentemente, na morte de milhares de pessoas civis. Como resposta, os E.U.A criou diversas medidas ideológico, estratégico, político e econômico para conter as ameaças do gênero no país e ao redor do mundo. Para tais efeitos, os Estados Unidos adotaram políticas antiterrorista, como por exemplo a lei patrióticas e declarou guerra ao terror. Entretanto, este evento teve impacto sem precedentes nos paradigmas de segurança internacional, provocando maiores debates acadêmicos (Escola Inglesa e Escola de Copenhague), no qual surgiu análises de risco e ameaças, que colocam em xeque não somente os interesses dos Estados, porém, de igual modo, a vida humana (TANNO, 2003; BUZAN, 2004).





Essa permanência do pensamento mahaniano é ressaltada por Violante (2015, p. 257), ao afirmar que “Mahan foi o principal teórico norte-americano sobre poder marítimo, tornando-se um paradigma até o fim da 2ª guerra mundial”. A relação entre *sea power* e influência política também é desenvolvida por Bull (1976), que examina de que maneira as capacidades marítimas podem ser empregadas pelos Estados para alcançar objetivos políticos e ampliar sua influência no sistema internacional.

De acordo com Pereira (2018), a dependência que temos na atualidade em relação ao mar pode ser resumida em três pontos principais: os oceanos cobrem cerca de 70% da superfície da Terra; cerca de 80% da população mundial vive a uma distância de até 100 km do litoral; e aproximadamente 90% do comércio mundial, em termos de volume, é feito por meio de rotas marítimas. Esses números mostram como a segurança marítima está diretamente ligada aos interesses econômicos, políticos e estratégicos dos países, incluindo aqueles que não têm uma grande extensão de costa. É importante notar que a segurança marítima não tem uma definição única e fixa, pois ela muda de acordo com o contexto geopolítico e com acordos de cooperação que visam reduzir riscos e ameaças comuns. Cada região marítima tem suas particularidades, o que exige formas específicas de coordenação entre os envolvidos.

Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica, pode ser visto na parceria entre a União Europeia e países africanos que têm costa no Atlântico, por meio de operações como a EUNAVFOR ATALANTA e a EUNAVFOR ASPIDES. Essas operações combinam patrulhamentos, treinamentos conjuntos, capacitação de guardas costeiros e apoio à criação de políticas nacionais de segurança marítima (UNIÃO EUROPEIA, 2008; UNIÃO EUROPEIA, 2025; UNIÃO EUROPEIA, s.d.). Da mesma forma, a Marinha dos Estados Unidos desenvolve programas de capacitação e realiza exercícios conjuntos com Guardas Costeiras da África e do Caribe. Por meio(de operações como o *Combined Task Force* e o exercício *Obangame Express*, esses esforços visam combater atividades ilícitas, melhorar a coordenação entre as forças e padronizar protocolos de abordagem. (UNITED STATES NAVY, 2023; UNITED STATES NAVY, 2025a; UNITED STATES NAVY, 2025b). A parceria entre a União Europeia e países africanos, e os programas da Marinha dos Estados Unidos, mostram como a cooperação internacional pode ser eficaz na segurança marítima.

No Atlântico Sul, a Marinha do Brasil tem um papel muito importante, especialmente quando trabalha com países africanos lusófonos. A Marinha do Brasil tem focado em sua doutrina, conhecida como “Amazônia Azul”, nas últimas décadas. Isso significa que eles estão dando atenção especial à vigilância, monitoramento e proteção das águas brasileiras. Ou seja, a marinha não está apenas protegendo contra ameaças militares, mas também contra atividades ilegais, como pesca ilegal e crimes ambientais (BRASIL, s.d.; BRASIL, 2012).

A Guarda Costeira de Cabo Verde, forma convergente, tem um trabalho difícil. Ela precisa cuidar de uma área marítima muito grande, mas não têm todos os recursos necessários. Por isso, a cooperação internacional é fundamental para garantir a segurança. Nesse caso, a segurança no mar depende de parcerias técnicas, treinamentos conjuntos e troca de conhecimentos com países que têm mais experiência e estrutura naval. Isso mostra que a Marinha do Brasil e a Guarda Costeira de Cabo Verde precisam trabalhar juntos com outros países para proteger nossas águas e manter a segurança marítima.





Treinamento militar para segurança marítima

As Forças Armadas sempre foram vistas como uma forma de usar a força e resolver conflitos entre países, principalmente devido às experiências das duas guerras mundiais e da Guerra Fria. No entanto, com as mudanças no sistema internacional nas últimas décadas, as funções militares passaram a incluir muito mais do que apenas lutar. Agora, elas também articulam cooperação internacional, prevenção de conflitos e diplomacia de defesa (CORREA, 2018).

Nesse cenário, o treinamento militar se tornou uma ferramenta importante para a política externa e a segurança em tempos de paz. Isso inclui intercâmbios profissionais, exercícios conjuntos, formação técnica, missões instrucionais e cooperação em defesa. Essas ações ajudam os países a fortalecer suas capacidades, aumentar a confiança mútua e consolidar interesses estratégicos comuns. Correa (2018), nota que a diplomacia militar é essencialmente a ligação entre os objetivos de defesa e os interesses da política externa. Por outro lado, Scharpf (2020) destaca os riscos de treinamento realizado por atores externos, pois os países que recebem o treinamento têm pouco controle sobre o que é ensinado às suas forças.

A partir dessa discussão, Sachar (2003) identifica dois tipos de diplomacia em matéria de defesa: a diplomacia preventiva e a diplomacia coercitiva. A diplomacia preventiva se baseia em construir confiança, cooperar e encontrar interesses comuns entre os países, o que é mais comum em situações de estabilidade política. Já a diplomacia coercitiva envolve mostrar o poder militar, como mobilizações navais, testes de armas e ações dissuasórias para impor custos estratégicos ao adversário.

No Atlântico Sul, a cooperação em segurança marítima é basicamente feita para prevenir problemas. O Brasil propôs fortalecer mecanismos cooperativos regionais, especialmente na ZOPACAS, para criar um ambiente marítimo seguro e coordenado. Isso é importante porque o Atlântico Sul é uma rota crucial para o comércio internacional, a circulação de recursos energéticos e a proteção das rotas marítimas, (PONTES, 2017; SILVA, MARCONDES, 2020). Além disso, o Brasil tem uma costa muito grande e os países africanos banhados pelo Atlântico Sul também enfrentam desafios como a vigilância marítima, o tráfico transnacional e a limitação de capacidades operacionais. Outrossim, a cooperação técnico-militar entre o Brasil e Cabo Verde faz parte de um esforço maior para construir capacidades regionais e garantir a estabilidade marítima na região sul-atlântica.

Relação diplomática entre Brasil e Cabo Verde

A cooperação diplomática entre o Brasil e Cabo Verde faz parte de um movimento maior de reaproximação entre os países do Atlântico Sul, especialmente após as independências africanas. Isso nos permite entender melhor como as relações ocorreram ao longo do tempo. As relações oficiais entre os dois países começaram em 1975, logo após Cabo Verde se tornar independente. Depois disso, a cooperação foi fortalecida com acordos importantes, como o Acordo Básico de Cooperação assinado em 1977, e encontros bilaterais em áreas como educação, saúde, agricultura e defesa (BRASIL, 2019; BRASIL, 2026).



Quando falamos de defesa, essa cooperação é muito importante. Tanto o Brasil quanto Cabo Verde são membros de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e a ZOPACAS. Nessas organizações, a segurança marítima do Atlântico Sul é sempre um tema importante. Isso ajuda a criar uma agenda comum para manter a estabilidade na região (NOVELLI; PEREIRA, 2019).

A partir dos anos 2000, vimos uma grande intensificação da cooperação técnico-militar. Isso ocorreu especialmente por meio de programas conduzidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela oferta de treinamento em instituições militares brasileiras para oficiais de Cabo Verde. Portanto, este fato mostra que o Brasil está seguindo uma estratégia baseada na capacitação técnica e na transferência de conhecimento como ferramentas de política externa e defesa. Essa intensificação da cooperação é também identificada por Violante (2021, p. 138), ao afirmar: “O Brasil buscou, nessas duas décadas (2001-2020), a complementaridade de relações ganha-ganha na cooperação em defesa com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe”. Um momento importante nessa relação diplomática foi em 2013, com a inauguração do Núcleo da Missão Naval Brasileira em Cabo Verde (BRASIL, 2026). Foi um passo prático para colocar em ação os acordos anteriores, permitindo que militares brasileiros estivessem presentes no arquipélago de forma contínua. No entanto, essa presença não foi para mostrar força, mas sim para apoiar e treinar a Guarda Costeira de Cabo Verde. Esse modo de atuar está alinhado com a ideia de diplomacia preventiva, descrita por Sachar (2003). Ao priorizar o treinamento local, o Brasil aumenta sua influência no Atlântico Sul por meio da capacitação técnica, reduz custos e ajuda Cabo Verde a ser mais autônomo em vigiar seu espaço marítimo.

40

Em 2015, a cooperação entre Brasil e Cabo Verde deu um grande passo com o envio de instrutores militares brasileiros para oferecer treinamento diretamente em Cabo Verde. Ou seja, permitiu que mais militares cabo-verdianos se beneficiassem do treinamento e evitasse a necessidade de se deslocarem ao Brasil (BRASIL, 2026). Essa iniciativa também reflete o caráter preventivo da diplomacia de defesa, pois atua diretamente na formação de recursos humanos que combatem ilícitos transnacionais, como o tráfico de drogas, o tráfico de pessoas, a pesca ilegal e a pirataria. Essas ameaças são constantes na região geoestratégica do arquipélago.

Outro ponto importante dessa cooperação foi a assinatura do Acordo-Quadro em Matéria de Defesa, em 2016. Esse acordo foi posteriormente promulgado pelo Decreto nº 10.516, de 13 de outubro de 2020. Ele consolidou juridicamente a cooperação, abrangendo áreas como pesquisa, apoio logístico, treinamento, intercâmbio técnico e exercícios conjuntos (CABO VERDE; BRASIL, 2026).

Posto isto, percebe-se que esse instrumento formalizou uma arquitetura de defesa bilateral baseada na continuidade e na institucionalização das práticas cooperativas. A doação de equipamentos, como as aeronaves C-95 Bandeirante e uniformes, além da realização de exercícios conjuntos, mostra que o treinamento militar foi acompanhado de suporte material. Isso ampliou a capacidade operacional cabo-verdiana para a vigilância do espaço aéreo e marítimo. Portanto, com base nas evidências do caso, a prática observada na cooperação entre Brasil e Cabo Verde apresenta um padrão que se afasta do modelo clássico de projeção de poder militar. Em vez disso, se aproxima de uma lógica de construção de capacidades estatais voltada à governança marítima.

Segundo Violante (2021), a cooperação brasileira em defesa com Cabo Verde integra uma arquitetura de defesa construída ao longo das últimas décadas, envolvendo instrumentos como adidâncias, grupos de



apoio técnico e núcleos de missão naval. Essa arquitetura contribui para o fortalecimento das capacidades locais de segurança marítima e para a consolidação da atuação brasileira no espaço estratégico do Atlântico Sul. Conforme mencionado anteriormente, o arquipélago de Cabo Verde tem uma posição estratégica nas rotas transatlânticas entre três continentes. Isso o insere diretamente nas rotas do narcotráfico internacional, da migração irregular e da pesca ilegal. Além disso, a limitação histórica de meios navais, a extensão da sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a escassez de recursos humanos especializados sempre foram desafios estruturais à vigilância marítima cabo-verdiana.

É justamente nesse ponto que a cooperação brasileira mostra efeitos concretos e mensuráveis. Ela não substitui a atuação cabo-verdiana, mas a torna viável. A formação de oficiais, a presença instrucional continuada, a doação de meios aéreos e o apoio técnico permitiram que Cabo Verde ampliasse o treinamento na área de segurança e defesa. Todavia, destacamos quatro efeitos concretos sobre a segurança marítima do Atlântico Sul que se segue:

- i) a capacidade de patrulhamento aéreo e marítimo;
- ii) a qualificação técnica da Guarda Costeira;
- iii) a autonomia na fiscalização da sua ZEE;
- iv) a integração com redes internacionais de combate aos ilícitos transnacionais.

41

Para o Brasil, a cooperação com Cabo Verde pode produzir efeitos estratégicos indiretos no Atlântico Sul. Segundo a UNODC (2013), os fluxos de cocaína da América do Sul para a Europa via África Ocidental têm se adaptado às ações de repressão, sendo que parte significativa da droga destinada à região transita pelo Brasil. O relatório também destaca o uso crescente de cargas containerizadas e do transporte marítimo nessas rotas ilícitas. Nesse contexto, o fortalecimento das capacidades de vigilância e segurança marítima de Cabo Verde pode contribuir para o monitoramento de fluxos ilícitos transnacionais no Atlântico. Desse modo, a cooperação bilateral pode fortalecer as capacidades locais de segurança marítima e ampliar a coordenação entre os dois países.

Considerações finais

Neste artigo buscamos analisar em que medida o treinamento militar promovido pelo Brasil e por Cabo Verde pode ser compreendido como instrumento de diplomacia de defesa capaz de produzir efeitos concretos na segurança marítima do Atlântico Sul. A partir da articulação entre o referencial teórico dos Estudos de Segurança Internacional e a análise empírica da cooperação bilateral, observa-se que o envio de instrutores militares brasileiros para atuar em Cabo Verde constitui um instrumento de diplomacia preventiva voltado à construção de capacidades locais. Nesse sentido, Violante (2021) destaca que essa arquitetura brasileira de defesa apresenta custos comparativamente reduzidos em relação a iniciativas conduzidas por outras potências, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento das capacidades locais de segurança marítima.

O Oceano Atlântico assume relevância histórica enquanto espaço de articulação do comércio transcontinental, notadamente, no que tange à conexão estabelecida entre as potências imperialistas





européias e suas respectivas colônias localizadas na África e na América. Essa dinâmica, em certa medida, configurou-se como um vetor de continuidade das rotas comerciais entre os Estados nacionais já no período pós-independência, com especial ênfase na região do Atlântico Sul. Dessa forma, nota-se a aproximação brasileira de países africanos com os quais compartilham interesses comuns, voltados à promoção da segurança regional e ao enfrentamento de ameaças presentes em seus respectivos entornos estratégicos.

A segurança marítima envolve muitos atores, incluindo governos e organizações não estatais. O treinamento militar é uma ferramenta que vai além do uso tradicional das Forças Armadas em conflitos. Ele se insere em uma dinâmica de cooperação, prevenção e estratégia em tempos de paz. A cooperação entre Brasil e Cabo Verde é um exemplo prático disso. Não se trata apenas de dissuasão, mas de construir capacidades, compartilhar conhecimentos e fortalecer a governança marítima.

Ao analisarmos o caso do Brasil e Cabo Verde, vimos que a presença de instrutores brasileiros, a formação militar oferecida, a doação de equipamentos e a criação de um acordo de defesa mostram uma estratégia de defesa baseada no fortalecimento das capacidades locais. Cabo Verde agora tem um papel mais ativo na monitorização de seu espaço marítimo e no combate a crimes transnacionais. Enquanto isso, o Brasil reforça sua presença estratégica no Atlântico Sul de forma cooperativa, mostrando-se um parceiro técnico confiável na África.

Essa forma de cooperação mostra uma estratégia brasileira de influenciar sem precisar estar presente militarmente. O Brasil aumenta sua influência no Atlântico Sul fortalecendo instituições parceiras, o que traz efeitos duradouros na segurança marítima a um custo operacional baixo. Essa cooperação também apoia objetivos mais amplos, como a ZOPACAS, mostrando que a estabilidade no Atlântico Sul depende mais da construção de capacidades regionais do que da competição entre países.

Por fim, o estudo mostra que o treinamento militar, frequentemente visto como uma atividade técnica menor, tem um papel central na política externa e de defesa dos países. Ele funciona como uma ferramenta estratégica para produzir segurança em espaços marítimos com muitas vulnerabilidades e ameaças transnacionais.

Referências

BRASIL. **Cooperação Brasil-Cabo Verde**. Ed. Embaixada do Brasil em Cabo Verde, Praia, 2019.

BRASIL, Imprensa Nacional. **DECRETO Nº 10.516, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.516-de-13-de-outubro-de-2020-282662357>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Brasil e Cabo Verde aprofundam cooperação na área de defesa**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/09032012-defesa-brasil-e-cabo-verde-aprofundam-cooperacao-na-area-de-defesa>. Acesso em: 13 mar. 2026.





BRASIL, Ministério da Defesa. **Brasil e Cabo Verde deverão reforçar parceria no setor de formação militar**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/brasil-e-cabo-verde-deverao-reforcar-parceria-no-setor-de-formacao-militar>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Brasil inaugura Missão Naval e aprofunda cooperação com Cabo Verde**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/21-11-2013-defesa-brasil-inaugura-missao-naval-e-aprofunda-cooperacao-com-cabo-verde>. Acesso em 13 mar. 2026.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **República de Cabo Verde**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/república-de-cabo-verde..> Acesso em: 13 mar. 2026.

BRASIL. MARINHA DO BRASIL. **Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)**. Brasília: MB, s.d. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/amazonia-azul/sistema-de-gerenciamento-da-amazonia-azul-e-voltado-protecao-de-interesses-nacionais>. Acesso em: 11 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: MD, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional-lbdn-1. Acesso em: 11 maio 2026.

BULL, Hedley. Sea power and political influence. **The Adelphi Papers**, v. 16, n. 122, p. 1–9, 1976.

BUZAN, Barry. **From International to World Society? English School Theory and the Social Structure of Globalisation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CABO VERDE, Governo de Cabo Verde. **Cabo Verde e Brasil assinam novo acordo no domínio da Defesa**. Governo de Cabo Verde, 2016. Disponível em: <https://www.governo.cv/cabo-verde-e-brasil-assinam-novo-acordo-no-dominio-da-defesa/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

CORREA, Paulo G. P.; GUERRA, Paulo Raul C. A Cooperação Militar entre Brasil e Suriname. **Diálogos**, v.22, n.3, p.76-108, 2018.

FABREGAT, Clemente Herrero. Aproximación a la geopolítica orgánica, cibernética y cognitiva. **BJIR, Marília**, v.3, n.3, p. 390-418, 2014.

HOOGENSEN GJØRV, Gunhild. Security by any other name: negative security, positive security, and a multi-actor security approach. **Review of International Studies**, v. 38, n. 4, p. 835–859, 2012. DOI: 10.1017/S0260210511000751.

INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION. **Technical Cooperation Programme: Maritime Security Capacity Building**. London: IMO, s.d. Disponível em: <https://www.imo.org/en/ourwork/technicalcooperation/pages/default.aspx>. Acesso em: 11 maio 2026.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660–1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1890.





NOVELLI, Douglas Henrique; PEREIRA, Alexandre Eugenio. O Atlântico Sul nos discursos na ONU: uma análise de conteúdo sobre o caráter regional do espaço oceânico (1986-2015). **Revista Conjuntura Global** v. 8, n. 2, 2019.

ONU. **Ameaças à segurança no mar crescem durante pandemia e países buscam uma resposta global**. Notícias. 11 ago. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/139729-ameacas-seguranca-no-mar-crescem-durante-pandemia-e-paises-buscam-uma-resposta-global>. Acesso em: 04 de jan. 2026.

PEREIRA, Luís Carlos de Sousa. Que segurança marítima temos e queremos. A segurança marítima e a vontade para agir em conjunto. **Relações Internacionais**, v.57, p.101-118, 2018.

PEREIRA, Pérola M. S. S. A. Segurança marítima e pirataria no atlântico Sul: um balanço do ano de 2013. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v.19, n.2, p.305 - 329, 2013.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As bases geopolíticas para o Atlântico Sul. *Revista Intellector*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 45–59, jul./dez. 2017. RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização, 1964.

SACHAR, B.S. Cooperation in military training as a tool of peacetime military diplomacy. **Strategic Analysis**, v.27, n.3, p.404-421, 2003.

SANTOS, Fernando A. Monteiro. O uso de cabos submarinos em Geofísica. **Revista de Geologia**, v.18, n.1, p.37-51, 2005.

SANTOS, Thauan. Economia Política Internacional do Mar. **OIKOS**, v.18, n.2, 2019.

SCHARPF, Adam. Why Governments Have Their Troops Trained Abroad: Evidence from Latin America. **International Studies Quarterly**, v.64, n.3, p.734–747, 2020.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida; MARCONDES, Danilo. Globalização, Segurança e Defesa no Atlântico Sul. **Revista Marítima Brasileira**, v.140, n.10/12, 2020.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. A Diplomacia de Defesa na Política Internacional. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v.21, n.2, p.179 – 202, 2015.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Revista Contexto Internacional**, v.25, n.1, 2003.

TORRES, Gabriela. **Por que há uma nova corrida espacial pela conquista da Lua, como na Guerra Fria**. BBC News Brasil, 18 dez, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-38318061>. Acesso em: 20/08/2026.

UNIÃO EUROPEIA. EUNAVFOR ATALANTA – European Union Naval Force Somalia. Brussels: **European Union**, s.d. Disponível em: <https://eunavfor.eu/>. Acesso em: 11 maio 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Conselho da União Europeia. **Council Joint Action 2008/851/CFSP on a European Union military operation to contribute to the deterrence, prevention and repression of acts of piracy off the Somali coast**. Brussels, 2008. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication-6c1151e8-965e-11ed-b508-01aa75ed71a1>. Acesso em: 11 maio 2026.





UNIÃO EUROPEIA. Conselho da União Europeia. **Security and freedom of navigation in the Red Sea**. Council launches EUNAVFOR ASPIDES. Brussels, 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/02/19/security-and-freedom-of-navigation-in-the-red-sea-council-launches-new-eu-defensive-operation/>. Acesso em: 11 maio 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global Maritime Crime Programme**. Vienna: UNODC, s.d. Disponível em: <https://www.imo.org/en/ourwork/technicalcooperation/pages/globalprogrammes.aspx>. Acesso em: 11 maio 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Maritime Crime in the Gulf of Guinea Reports**. Vienna: UNODC, vários anos. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/piracy/gulf-of-guinea.html>. Acesso em: 11 maio 2026.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment**. Vienna: UNODC, 2013.

UNITED STATES NAVY. **Brazil assumes command of Combined Task Force 151**. Washington, D.C., 2023. Disponível em: <https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/display-news/Article/3652854/brazil-assumes-command-of-combined-maritime-forces-combined-task-force-151/>. Acesso em: 11 maio 2026.

UNITED STATES NAVY. **Building security through cooperation: Exercise Obangame Express**. Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/display-news/Article/4188370/building-security-through-cooperation-exercise-obangame-express-2025-concludes/>. Acesso em: 11 maio 2026.

UNITED STATES NAVY. **Obangame Express sets sights on illegal fishing networks**. Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/display-news/Article/4187693/obangame-express-2025-sets-sights-on-illegal-fishing-networks/>. Acesso em: 11 maio 2026.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223–260, jan./jun. 2015.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: uma nova arquitetura de defesa brasileira no Golfo da Guiné? **JANUS.NET, e-journal of International Relations**, v. 12, n. 2, p. 114–143, nov. 2021/abr. 2022..

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1974.

